

País ansioso por crescimento

Economia - Brasil

Jorge Mattoso - Presidente da Caixa Econômica Federal e professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp

O desempenho da economia brasileira nos últimos 20 anos ficou muito aquém do desejado. A taxa média anual de 2,1% de expansão real do Produto Interno Bruto de 1981 a 2002 ajudou a produzir um crescimento desordenado das grandes cidades acompanhado da elevação dos níveis de violência urbana, do déficit habitacional e das taxas de desemprego.

Em termos reais, o PIB per capita aumentou apenas 15,4% no período. Pontuado por momentos de recessão, como os observados no início das décadas de 1980 e 1990, o baixo crescimento da economia gerou uma extraordinária dívida social e estimulou milhares de brasileiros a buscar em outros países melhores condições de vida e oportunidades de trabalho.

Desde seu início, o governo do presidente Lula trabalha com o objetivo de estabelecer no Brasil as condições para um ciclo sustentado de desenvolvimento econômico. Após o ajuste da economia em 2003, no ano passado o PIB alcançou a maior taxa de expansão dos últimos dez anos. Nas comparações anuais, as taxas de desemprego continuam se reduzindo. Os superávits comerciais batem recordes sucessivos, as exportações mantêm a trajetória de

alta e o governo federal reduz a dívida pública em proporção ao PIB.

Apesar de certo pessimismo gerado nos últimos meses pelas sucessivas elevações da taxa Selic e pela ressonância de posicionamentos políticos muitas vezes dissimulados em análise econômica, o País continua a mostrar bons resultados e perspectivas econômicas. Como resultado de duas décadas de baixa expansão do PIB, a sociedade brasileira, com razão, mostra-se apreensiva em relação ao desempenho da economia, com dados conjunturais contaminando desproporcionalmente às expectativas de médio prazo.

Nesta situação, conquistas e avanços importantes podem passar despercebidos. Por exemplo, nos últimos dois anos, foram feitas importantes reformas em favor da expansão da oferta de crédito e da recuperação do setor da construção civil. O governo vem também ampliando a capacidade de emprestar dos bancos públicos federais, fundamentais sobretudo para o crédito de mais longo prazo. Em 2004, somente a Caixa elevou em 43% os saldos de seu crédito comercial, mais que o dobro da elevação verificada no sistema financeiro como um todo.

Já neste primeiro quadrimestre de 2005, ela

concedeu 47% a mais de crédito comercial na comparação com igual período de 2004. Gradativamente, a oferta de crédito vem aumentando sua participação em relação ao PIB. Equivalia a 23,6% do PIB em janeiro de 2003, mas subiu para 27% em abril último. O crédito consignado, modalidade na qual o cliente garante o pagamento do empréstimo por meio de desconto direto na folha de pagamento, está revolucionando o mercado de crédito pessoal no País.

Criada por Medida Provisória, depois transformada em lei, essa modalidade de empréstimo tem ampliado a oferta de crédito e reduzido o seu custo para trabalhadores e aposentados. Segundo levantamento do Banco Central, em abril último, o saldo das operações de crédito consignado alcançou os R\$ 16,5 bilhões, sendo R\$ 4,7 bilhões deste total realizado pela Caixa, e já equivalia a mais de 30% do estoque de crédito pessoal concedido pelo Sistema Financeiro Nacional.

O setor da construção civil, após amargar anos de retração, cresceu 5,7% em 2004 e deve apresentar nova expansão neste ano, voltando a expandir sua participação no PIB e a contribuir para elevar o nível de investimento. Depois de ter gerado 51 mil novos empregos com carteira

assinada em 2004, o setor já criou neste ano mais 29,5 mil postos formais de emprego.

Os bons números da construção civil espelham as diversas ações do governo federal. Entre elas, a de ampliar o volume de recursos públicos e privados disponíveis para o financiamento habitacional e saneamento básico. A Caixa, por exemplo, passou de mais de R\$ 5 bilhões concedidos de financiamento imobiliário, em 2003, para uma meta de emprestar mais de R\$ 10 bilhões em 2005. Nos últimos dois anos, contratou ainda mais de R\$ 3,5 bilhões para a área de saneamento – valor superior ao contratado nos oito anos anteriores.

Graças a tais contratações, neste ano devem ser realizados cerca de R\$ 2 bilhões em investimentos de saneamento. Em suma, apesar dos efeitos colaterais imediatos gerados pela tentativa do Banco Central em garantir uma trajetória decrescente dos índices de inflação, o Brasil continua consolidando uma estrutura econômica capaz de proporcionar, no médio prazo, um nível de oferta de crédito similar ao observado em países desenvolvidos e de resultar na diminuição do déficit habitacional acumulado nas últimas duas décadas.